

## PARECER TÉCNICO – JURÍDICO INICIAL

**Parecer Jurídico nº 218/2022**

**Processo Administrativo:** 1435/2022

**Modalidade:** Tomada de Preços

**Objeto:** Contratação de empresa de engenharia para construção de unidade escolar com 06 (seis) salas de aula padrão FNDE no residencial João Emílio Falcão, zona urbana do Município, no estado do Maranhão.

**Origem:** Secretaria Municipal de Educação – SEMED

**Assunto:** Análise inicial de procedimento licitatório

### RELATÓRIO

Vieram os autos do processo para análise e emissão de parecer inicial quanto à aprovação jurídica do Edital e seus anexos, o que recebemos com o fim de apresentar orientações técnicas à luz da Lei nº 8.666/93.

Quanto às diretrizes normativas, estabelece o artigo 38 da referida lei:

*Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*

Trata-se de Processo Administrativo nº 1435/2022, referente a Tomada de Preço, cujo objeto é: Contratação de empresa de engenharia para construção de unidade escolar com 06 (seis) salas de aula padrão FNDE no residencial João Emílio Falcão, zona urbana do Município, no estado do Maranhão.

Passar-se-á à análise da documentação acostada aos autos bem como do procedimento até esta etapa do certame para verificar se o trâmite seguiu rigorosamente as normas exigidas pela Lei de Licitações.

É, no essencial, o relatório.

### **DA NECESSIDADE DO PARECER JURÍDICO:**

Primeiramente, cumpre destacar a obrigatoriedade do presente para o cumprimento das regras licitatórias, nos termos do art. 38, VI e Parágrafo Único da Lei 8.666/93, *verbis*:

*"Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*

(...)

*VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;*

(...)

*Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."*

Nítido é, portanto, a necessidade do presente parecer jurídico acerca do procedimento licitatório.

## **DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:**

### **DA ANÁLISE DA FASE INTERNA**

Consta nos autos do processo a **provocação para início do procedimento mediante Solicitação de Despesa** (SD nº 1026001/2022) da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

De igual forma, está presente nos autos a **justificativa**, requisito necessário por lei, bem como **Projeto Básico** com a especificação detalhada do objeto, quantidade, valores e **autorização pela autoridade competente**.

Em continuidade à análise, verifica-se a presença detalhada do **orçamento, a composição de custos unitária, a designação de Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL** (Portaria nº 445/2022), **memorando** que requer a emissão de parecer jurídico inicial (memorando nº 374/2022).

Está presente também nos autos, conforme estabelece o artigo 40 da Lei 8666/93 a **minuta do edital** com todas as diretrizes e requisitos do procedimento, bem como **minuta do contrato**, estabelecido legalmente no artigo 55 da legislação específica.

### **CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO BÁSICO**

Na forma da Lei, o projeto básico – ou documento equivalente – necessita ser devidamente aprovado pela autoridade competente, por ato formal e motivado. Na ocasião, a autoridade “(...) deverá avalia-lo e verificar sua adequação às exigências legais e aos interesses supraindividuais.”<sup>1</sup>

A autoridade, ao aprovar o projeto/termo de referência, responsabiliza-se pelo juízo de legalidade e de conveniência adotado. Será competente para aprovar o projeto básico/termo de referência para determinar a abertura de processo licitatório, a contratação da obra ou do serviço e/ou a aquisição de bens projeto se refere<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Marçal Justen Filho in “Comentário à Lei de Licitação e Contratos Administrativos”. 16. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. P.184.

<sup>2</sup>Marçal Justen Filho. Op. Cit. e loc. cit.



Lei Municipal de Timon/MA nº1892 de 17 de Dezembro de 2013, que dispõe sobre a organização e estrutura administrativa do poder executivo do município de Timon/MA, e dá outras providências no artigo 53, diz que:

*Art. 53 Os Secretários Municipais, autoridades equiparadas, inclusive os dirigentes de entidades da administração indireta, tem as seguintes atribuições:*

*(...)*

*II – Ordenar despesas das respectivas unidades orçamentária e dos fundos a elas vinculados, nos limites dos correspondentes créditos orçamentários;*

*(...)*

*III – autorizar a realização de despesas e determinar a emissão da nota de empenho, e o respectivo pagamento;*

*(...)*

*XV – determinar ou dispensar a realização de licitações;*

*(...)*

*XIX – assinar contratos, convênios, acordos e outros atos administrativos bilaterais ou multilaterais de que o Município participe, quando tiver competência delegada, nos termos da Lei Orgânica do Município.*

No caso dos autos, verifico que a licitação e o Termo de Referência foram devidamente submetidos e autorizados pela autoridade competente, para os fins do artigo 7º, §2º, I, da Lei de Licitações c/c com a Lei Municipal acima mencionada.

Ademais, verifico que o TR e demais atos internos, atende satisfatoriamente ao que exige a legislação de federal, nos termos do Art. 3º, I da Lei nº 10.520/2002.

Nada a ressaltar, portanto.

## **DO CABIMENTO DA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS**

Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, conforma o artigo 22 da Lei 8.666/93.

Em igual sintonia com o regramento legal referido, o artigo 23 estabelece os valores parâmetros que devem ser observados ao eleger a modalidade de licitação do certame. No caso em apreço, o procedimento objeto de análise deste parecer encontra-se perfeitamente adequado, uma vez que o valor total do contrato orçado pela Administração é de R\$ 2.384,06 (dois trezentos e oitenta e quatro mil reais e seis centavos) milhões, setenta e quatro mil duzentos e quarenta reais e quarenta e dois centavos), conforme o decreto 9.412/2018 que atualizou os valores das modalidades de licitação da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## **DA CONCLUSÃO**

*[assinatura]*

*Ex positis*, esta Assessoria Jurídica pugna pela possibilidade de aprovação do procedimento até esta fase processual, devendo ser os autos encaminhados à Coordenação Geral de Licitações para as providências necessárias.

**É o parecer, salvo melhor juízo.**

Timon/MA, 10 de Novembro de 2022.



**Luana Mara Santos Pedreira**  
Assessoria Jurídica – CGCL  
Port. 074/2021-GP  
OAB/PI nº 13.170